

— — — — —
S O B R E
ROCESO CRIMINAL
S E U A U T O R

J. J. C. P. e S.

ogado da Caza da Supplicação.



L I S B O A

tr. de FRANCISCO LUIZ AMENO:

M. DCC. LXXXV.

licença da Real Meza Censoria.

INDICE

DOS CAPITULOS.

CAPITULO I. *Do Proceso criminal*, Pag. 1.

CAP. II. *Da Devassa*, 3.

CAP. III. *Da Querela*, 8.

CAP. IV. *Do Corpo de delito*, 11.

CAP. V. *Dos Indícios*, 13.

CAP. VI. *Da Pronuncia*, 14.

CAP. VII. *Da Prizaõ*, 15.

CAP. VIII. *Do Seguro*, 16.

CAP. IX. *Da Homenagem*, 20.

CAP. X. *Da Fiança*, 22.

CAP. XI. *Do Proceso da Acuzasaõ*, 24.

CAP. XII. *Do Proceso sumario*, 26.

CAP. XIII. *Do Sequestro*, 27.

CAP. XIV. *Do Proceso ordinario*, 29.

CAP. XV. *Da Citasaõ*, 30.

CAP. XVI. *Do Libelo*, 31.

CAP. XVII. *Da Excesãõ*, 32.

CAP. XVIII. *Da Contestasaõ, e Contrariedade*, 33.

CAP. XIX. *Da Replica, e da Treplica*, 35.

CAP. XX. *Da Dilasaõ*, 35.

CAP.

I N D I C E

- CAP. XXI. *Da Prova*, 37.
CAP. XXII. *Das Testemunhas*, 38.
CAP. XXIII. *Da Confissão*, 41.
CAP. XXIV. *Da Careação*, 43.
CAP. XXV. *Dos Tormentos*, 44.
CAP. XXVI. *Da Defeza*, 45.
CAP. XXVII. *Das Perguntas*, 46.
CAP. XXVIII. *Da Publicação*, 47.
CAP. XXIX. *Das Alegações*, 48.
CAP. XXX. *Da Conclusão*, 49.
CAP. XXXI. *Da Sentença*, 50.
CAP. XXXII. *Das Custas criminaes*,
52.
CAP. XXXIII. *Da Apelação*, 53.
CAP. XXXIV. *Da Execução*, 56.
CAP. XXXV. *Da Acusação da Jus-*
tificação, 58.
CAP. XXXVI. *Do Processo contra o*
ausente, 59.
CAP. XXXVII. *Dos modos porque se*
extingue o Processo criminal, 61.



CAPITULO I

Do Proceso Criminal.

Processo Criminal he a ordem legitima, que se deve observar nos Juizos criminaes. Juizo Criminal he a discussão ácerca de crimes feita entre pessoas habéis e por autoridade publica.

Huma só pessoa não constitue Juizo Criminal: requerem-se ao menos tres; Juiz, Reo, Escrivão. Nem se podem unir os Officios de Juiz, e Escrivão em huma só pessoa.

O poder de conhecer e julgar ácerca de crimes, he o que se chama Jurisdicção Criminal. Foro Criminal se diz o lugar aonde se trata do dito conhecimento e decizaõ.

Segue o Reo o foro do lugar aonde o delito foi cometido (1). Mas

A

O

(1) Ord. l. 1. tit. 7. §. 4. e 6.

o Juiz do foro do domicilio pode conhecer por meio de querela do delicto cometido em alheio territorio (1).

Limita-se aquella regra ; quando ha foro privilegiado ou privativo : como o dos soldados (2) , dos Clerigos (3) , dos Cavaleiros das Ordens Militares ; (4) porque entao o Reo segue o foro do privilegio.

A Jurisdicção Criminal he cumulativa nos casos expressos pelas Leis (5) :

e

(1) Ord. l. 5. tit. 117. § 9.

(2) L. de 21. de Out. de 1763. § 2. e 3.

(3) Ord. l. 2. tit. 1. § fin. l. 5. tit. 88. § 16.

(4) L. de 6. de Dez. de 1612. § 7. Reb. p. 2. ar. 164. e 166. Mend. Prax. Lus. p. 2. d. 2. c. 1. num. 24.

(5) Assim pela L. de 25 de Dez. de 1608. § 23. He cumulativa a jurisdicção dos Julgadores dos Bairros de Lisboa a respeito das prizoens e querelas. Assim tambem pela L. de 14 de Ag. de 1751. se constituiu foro do delicto todo o territorio do Algarve , Alemtejo , e Comarcas de Santarem , e Setuval , a respeito de roubos e assassinios. Assim finalmente pela L. de 20 de Out. de 1763. § 7. he cumulativa a jurisdicção de todas as Justiças Criminaes do Reino quanto ás prizoens dos Reos de homicidios voluntarios , de arrombamentos de Cadeias , e de roubos feitos na estrada ou no campo.

e tem nesses cazos lugar a prevenção , que se regula pela prização do Reo.

Nos Juizos Criminaes se trataão as Causas Criminaes ; isto he , as Questões ácerca de factos , que offendem a paz publica , ou os direitos dos Cidadãos.

As Causas Criminaes ou são publicas , ou particulares. São publicas as que podem ser intentadas por qualquer do povo ; e particulares as que sómente podem ser intentadas pelas Partes offendidas.

O conhecimento Criminal consiste na indagação dos delitos , e no seu castigo. A Devassa , e a Querela são os modos porque se indagaão os delitos no nosso Reino.

C A P I T U L O II.

Da Devassa.

Devassa he a informação do delito feita por autoridade do Juiz para castigo dos delinquentes e conservação da saude publica.

As Devassas ou são geraes , ou es-

pecias. As geraes se tiraõ sobre delictos incertos. As especiaes supoem a existencia de algum delicto.

Assim as geraes, como as especiaes, não podem tirar-se senão nos cazos especialmente determinados pelas Leis (1).

As geraes se tiraõ ou no principio do anno, ou em certos e determinados tempos (2). As especiaes quando
acon-

(1) Ord. l. 1. tit. 65. § 68.

(2) Nas Devalas geraes do principio do anno se indaga a respeito dos Juizes e Officiaes que não estão sujeitos á residencia Ord. d. 1. tit. 65. § 39, 50, 55, 67. da compra, venda ou empenho de bens da Igreja § 62. da Casa de perdizes com boi § 64. l. 5. tit. 88. § 63. se os Alcaldes Mores, Vereadores, e Officiaes de Justiza apascentão gado nas terras de suas jurisdições § 65. L. de 12. de Maio de 1615. do cortamento d'arvores l. 5. tit. 75. § 1. se se dá Tabolagem d. 5. tit. 82. § 4. ou jogaõ Jogos de fezos L. de 25 de Dez. de 1608. do incesto entre pessoas comprometidas para casamento l. 5. tit. 17. § 5. de blasfemias l. 5. tit. 2. § 3. do uso de munificação miuda l. 5. tit. 80. § 15. sobre os Carcereiros l. 1. tit. 58. § 31. L. de 20 de Julho de 1686. do recebimento de Freiras sem licença Regia l. 1. tit. 65. § 63. da communicação illicita com Freiras l. 1. tit. 58. § 32. da entrada em Mosteiros, ou frequencia nas grades L. de 30 de Abril. de 1653. da extração de ouro ou prata fora do Reino l. 5. tit.

aconteça algum dos cazos delas (1).
As Devaſas geraes devem termi-
nar-

113. § 6. do ſuborno ou perturbacão nas elei-
ſoens Canonicas L.de 16 de Ag. de 1608. ou das
peſſoas da governança L. de 12 de Nov. de 1611.
ſe ſe corta carne fora dos aſougues L. de 23 de
Set. de 1641. do indevido uzo de Dom L. de 3
de Dez. de 1611. ſobre os daninhos L. de 12. de
Set. de 1750. dos fogos de polvora em cazas par-
ticulares L. de 9. de Julh. de 1754. da Caſa de
perdiſes com municião L. de 13 de Fev. de 1624.
do ſortilegio perjurio , lenocinio , e recolhi-
mento de furtos L. de 25 de Dez. de 1608. § 21.
do uzo de eſpingarda ou armas de fogo L. de 5
de Julh. de 1613. de 20 de Jan. de 1634. de 4
de Out. de 1649. do uzo de faca e armas curtas
L. de 29 de Març. de 1719. ſe ſe leva mais da
terſa parte nas locaſoens dos Officios L. de 22
de Jan. de 1667. dos cazamentos por aliciaſcã
L. de 19 de Junh. de 1775. do procedimento dos
Avaliadores das Camaras L. de 25 de Agoſt. de
1774. § 31. á exceſcã da Camara de Lisboa , aon-
de a Devaſa ſe tira no fim do anno L. de 20 de
Junh. de 1774. § 12. Nos mezes de Junho e De-
zembro ſe indaga das Cazas , e peſcarias defezas
Ord. l. 5. tit. 88. § 13. em Junho da paſagem do
gado para fora do Reino l. 5. tit. 115. § 25. em
Março e Set. da revenda do paõ , vinho , azeite
ou ſal l. 5. tit. 76. § 10. L. de 24. de Set. de 1649.
Decr. de 1. de Març. de 1692, e de ſeis em ſeis me-
zes a reſpeito dos Officiaes da Corte Ord. l. 1.
tit. 7. § 21.

(1) Os cazos das Devaſas eſpeciaes ſão os ſe-

nar-se dentro de trinta dias depois do dia em que comefaraõ (1); e as especiaes dentro de trinta dias depois do delito cometido (2).

As Devafas especiaes devem tirar-se dentro de outro dias depois do fucefo (3); exceto 1 no cazo do incendio

quintes Homicidio ; Força de mulher , Fogo pofto , Fugida de prezo , Arroimbamento de Cadeia , Moeda falsa , Resistencia , Ofensa de Justiça , Carcere privado , Furto de valia de marco de prata , ou em estrada ou no ermo ; Arrancamento d'arma na Igreja , Procifão , ou na Corte ; Aleijão , Ferimento de noite ; Ferimento combéfta , arcabuz , ou espingarda ; Afuada , Ord.l.1.tit.65.§ 31. Palagem de gado , l.5.tit.115. § 25. Bofetadas ; Afoutes em mulher ; Afafinio , ainda que não fe figa morte , L. de 25 de Jan.de 1652. Propinafaõ de veneno , L. de 28 de Fever. de 1743. Pôr córnos junto das cazas de peñoas cazadas ; Tirar prezos do poder da Justiça , L. de 3 de Agoft.de 1759. Fazer ou publicar Satiras ou Libelos famozos , L. de 2 de Out. de 1753. Quebra de Mercadores dolozos , Ord. l. 5.tit.66.§ 9. L. de 30 de Maio de 1759.

(1) Ord.l.1.tit.65.§ 39.

(2) Ord.l.1.tit.65.§ 31.

(3) D. § 31.

dio (1), 2 quando o Reo he prezô em fragante (2).

As testemunhas que se perguntao nas Devafas devem encher o numero de trinta (3); á excessão 1 do cazo do incendio (4), 2 do furto de pouca entidade (5), 3 do dano em horta ou pomar (6), 4 dos fogos de polvora (7).

A obrigaçaõ de tirar as Devafas geraes compete 1. Aos Juizes de Fora, e Ordinarios (8), 2. Aos Corregedores nas suas Correisoens (9).

As Devafas especiaes pertencem 1. Aos Juizes do Territorio aonde foi
co-

(1) Ord. l. 1. tit. 86. § 2.

(2) Ord. l. 1. tit. 65. § 37.

(3) Ord. l. 1. tit. 65. § 39.

(4) Ord. l. 5. tit. 86. § 2.

(5) Ord. l. 1. tit. 65. § 31.

(6) Ord. l. 1. tit. 65. § 32.

(7) L. de 29 de Julh. de 1695.

(8) Ord. l. 1. tit. 65. § 39.

(9) Ord. l. 1. tit. 58. § 31. Compete tambem aos Ouvidores das Ordens, e dos Donatarios em Terras privilegiadas, aonde não entraõ os Corregedores. Vej. a Ord. l. 5. tit. 122. § 9. e l. 1. tit. 58. § 53.

cometido o delicto ; 2. A outros Magistrados incumbidos de Comissoens particulares (1).

CAPITULO III.

Da Querela.

A Querela he huma delação feita a Juiz competente ácerca de algum facto culpavel.

Difere da Denuncia em que os queixozos provaõ a sua queixa ; e os Denunciantes sómente daõ a noticia dos factos ás Justisas , a quem pertence o seu conhecimento.

Difere da Devassa em que nesta o Juiz procede em razão do seu Officio ;

c

(1) Conhece o Juiz de India e Mina dos delitos perpetrados nas Cazas , e Armazens , e nos Navios de India e Mina , e Brazil , Ord. l. 1. tit. § 1. pr. e § 4. O Ouvidor da Alfandega dos crimes acontecidos nela , Ord. l. 1. tit. § 2. § 11. O Juiz do Fisco dos furtos a respeito dele cometidos ; Regim. do Fisc. § 36, E o Conservador da Junta do Comercio da quebra dos Negociantes ; L. de 30 de Maio de 1759.

e naquella a requerimento de Parte.

As Querelas assim como as Deva-
fas , não podem tornar-se senão nos
cazos especialmente determinados pe-
las Leis (1). Po-

(1) Estes cazos são os seguintes Apostazia ;
Sortilegio : Leza Magestade ; Roubo de estrada ;
Morte de homem ; Copula com mulher de Or-
dem ; ou de diferente Seita ; ou com a Criada
daquelle com quem se vive ; ou com Mulher ,
que perante o Reo requer ; Incesto ; Sodomia ;
Lenocinio ; Falsidade ; Fogo em paens ; ou vi-
nhas ; Furto de mais de cem reis ; Ferimento
ao Pai ou Mãi ; Afluada ; Arrombamento de
Cadeia ; Violação dos muros da Cidade ou Vila ;
Descuido na guarda de prezos ; Moeda falsa ;
Testemunho falso ; Segundo casamento na ex-
istencia do primeiro ; Mancebia de algum dos
conjuges ; Mancebia de Clerigo ; Crime de Ru-
fião ; Falta de cumprimento do degredo ; Fugi-
da de Cativos ; Introdusão de coisas defezas em
terras de Infiéis ; Resgate em S. Jorge de Minas ,
ou ás partes de Guiné ; Arrancamento d'arma
na Corte , em Procissão , ou na Igreja ; Tiro
com bésta , ou espingarda ; Resistencia ; Car-
cere privado ; Tirada de prezo ; Fugida da Ca-
deia ; Ord. l. 5. tit. 117. pr., Feridas abertas , e
sanguentas , ou pizaduras , e nodoas inchadas ,
e denegridas ; Adulterio ; Cortamento d'arvore
frutifera ; d. tit. 117. § 1. E finalmente quan-
do cabe pena de afoites , ou degredo temporal.
d. tit. 117. pr.

Podem querelar todos os que não são prohibidos. Nos casos de Adultério (1), e de feridas em rixa nova, de que não rezulta deformidade ou aleijaão (2), sómente podem querelar as Partes ofendidas.

São prohibidos de querelar; 1. Os Officiaes de Justiça, quando sómente pode seguir-se pena corporal (3); 2. As Partes convencidas por Sentenças condenatorias (4).

3. Os inimigos (5); 4. Os condemnados a desterro perpetuo (6); 5. Os Ecclesiasticos, não dando fiança de pessoa leiga (7).

Cesão porém todas estas prohibiçoens quando se trata; 1. De crime de Leza Magestade Divina ou humana; 2. Moeda falsa; 3. Sinal, Ef-
cri-

(1) Ord. l. 5. tit. 25. § 3. l. 2. c. de Adult.

(2) Ord. l. 5. tit. 117. § 1. e tit. 122.

(3) Ord. l. 5. tit. 117. § 3.

(4) Ord. l. 5. tit. 117. § 13.

(5) Ord. l. 5. tit. 117. § 2.

(6) Ord. l. 5. tit. 117. § 14.

(7) Ord. l. 5. tit. 117. § 8.

critura, ou testemunho falso (1).

A Querela deve dar-se dentro de hum anno depois do dia do suceso (2). E as testemunhas para prova devem apresentar-se dentro de vinte dias contados do dia da Querela (3).

CAPITULO IV.

Do Corpo de Delito.

O Corpo de Delito he abaze de todo o procedimento Criminal. Ele he de necessidade indispensavel, (1) e não pode supri-lo a mesma confissão do acuzado (2).

Con-

(1) Ord. l. 5. tit. 117. § 2.

(2) Ord. l. 5. tit. 117. § 1.

~~(3)~~ Ord. l. 5. tit. 117. § 18. Findos os vinte dias não he o queixozo admitido a dar prova, para ser o Reo pronunciado; mas pode acuzar dentro do anno e dia em Causa ordinaria, sem o Reo estar prezo, ou seguro; Ord. l. 5. tit. 117. § 19. Findo porem o anno e dia, somente he licita a acuzação á Justiza.

(1) L. 1. § 24. D. de Sen. Syll. l. 1. § 27. D. de quæst.

(2) Guazzin. Defens. 4. c. 3. Vouglans Instit. au droit. Crim. p. 6. c. 1.

Consta do Corpo de Delito : 1. Pela inspeção ocular ; 2. Por conjecturas legítimas ; 3. Por depoimentos de testemunhas.

A inspeção ocular tem lugar a respeito dos Delitos de facto permanente ; isto he , dos Delitos , que deixão vestígios depois de si (1).

Nos Delitos , que não deixão vestígio presente , se forma o Corpo de Delito por meio de conjecturas (2). Os depoimentos das testemunhas tem lugar a respeito de huns e outros Delitos , para o fim da sua qualificação.

CA-

(1) Daqui vem , que deve praticar-se nos casos de Homicidio , Ferimento , e Veneno. E como aqui se supoem instrução de arte ; devem ser chamados peritos , a quem se defere juramento. Hertius de Inspect. ocul. § 16.

(2) Assim a respeito do Furto simples , do Homicidio occulto , e dos Delitos da carne ; excepto o Estupro. Carpz. Prax. Crim. q. 108. n. 11.

CAPITULO V.

Dos Indicios.

O Corpo do Delito sómente prova o Delito ; porem não mostra o delinquente. He percizo , que alguem seja legitimamente indiciado , para ser pronunciado Reo.

Indicio se diz a circumstancia , que tem conecção verosimel com o facto incerto , do qual se pertende aprova.

O Indicio he ou proximo , ou remoto. Este se diz o que he muitas vezes falivel (1); aquelle o que ordinariamente acompanha o crime (2).

Hum

(1) No numero dos Indicios remotos devem contar se a fama , a queixa do moribundo ; Ord. l. 5. tit. 117. § 12. pr. a fugida , a similitude do gesto ou do traje , a inimizade , as ameaças , a confissão extrajudicial ; Ord. l. 5. tit. 134. pr.

(2) He por exemplo hum Indicio proximo a existência de coiza pertencente ao Reo no lugar do Delito , tendo ele sido ali visto , possuindo-a pouco tempo antes , sendo pessoa suspeita , e não se excluindo estas circumstancias por outras exclusivas do crime.

Hum Indicio remoto não traz prejuizo ao Reo. He precizo, que concorraõ mais. Quanta fé entaõ fasaõ, se deixa ao arbitrio do Juiz (1).

CAPITULO VI.

Da Pronuncia.

PROVADO o Delito, e descuberto o Reo por meio de legitimos Indicios, se faz a Pronuncia; e o Reo he posto no numero dos culpados.

A Pronuncia não deve fazer-se, sem anteceder informasaõ legal e sufficiente do Delito (1).

Deve proceder-se á Pronuncia, logo que da Devasa rezulta prova sufficiente para a prizaõ. Se depois se provaõ outras culpas, estas acrescẽm as primeiras (2).

CA-

(1) Ord. l. 5. tit. 117. § 12.

(1) Ord. l. 5. tit. 117. § 12. l. 5. tit. 128. § 1.

(2) Pode o Reo agravar por Petisaõ ou Instrumento da Pronuncia do Juiz para o legitimo Superior, estando prezo asiantado ou seguro.

CAPITULO VII.

Da Prizaõ.

FEita a Pronuncia , e posto o Reo no numero dos culpados , entã se procura a sua segurança por meio da Captura ou Prizaõ (1).

Pode com tudo o Reo ser prezo antes da culpa formada ; 1. No cazo de fragante Delito (2) ; 2. Quando o Delito provado merece pena de morte natural , ou civil (3).

Se os Reos se auzentaõ a ~~fin-de~~ evitarem a Prizaõ , se expedem Cartas Precatoriãs aos Juizes , em cujo
ter-

(1) Ord. l. 5. tit. 119. Ao tempo da Prizaõ se deve fazer Auto do Habito e Tonfura ; Ord. 5. tit. 121. O qual depois se ajunta ao Proce-
: Ord. l. 5. tit. 124. § 12.

(2) Ord. l. 1. tit. 65. § 37. Esta nosaõ se extendẽ ao acto sucesivo , em que as Justifas vaõ em seguimento do Reo. Alv. de 25 de Set. de 1603.

(3) L. de 19 de Out. de 1754.

territorio se achão para os fazerem prender (1).

Quando os Reos se acolhem Igreja, gozão da imunidade para na serem ahi prezos. Ha com tudo alguns crimes excetuados, em que não tem lugar a imunidade (2).

CAPITULO VIII.

Do Seguro.

CEsta a prizaõ em carcere publico nos cazos; 1. Do Seguro, e 2. Da Homenagem. Relaxa-se no cazo da Fiança.

Seguro he a promessa Judicial pela qual o Reo debaixo de certas condições se exime da prizaõ até á conclusão da Cauza.

A Carta de Seguro se concede ou negando o Reo o facto, ou confesando-o debaixo de legitima defeza, e nesta diferença he confesativa, ou negativa. O

(1) Ord. l. 5, tit. 119. § 4.

(2) O asento desta materia he a Ord. l. 2. tit. 5.

O Seguro regularmente se concede (1). Excetua-se 1. O cazo de morte, no qual sómente se póde facultar o seguro ou confesativo ou negativo, sendo vista a culpa em Relação (2).

2. O crime de Leza Magestade (3). 3. Sendo huma vez negado (4), ou sendo-se impetrado outro antecedente (5). 4. O cazo de ferimento ou do simples uzo de faca, ou outro instrumento defezo (6).

5. Os crimes d'Almotaceria, ou que respeitaõ ao governo da Cida-
B de

(1) Por argum. da Ord. l. 1. tit. 7. § 8. e tit. 5. § 40.

(2) Ord. l. 5. tit. 130. § 1. L. de 6 de Dez. de 1612. §. 1. L. de 10 de Jan. de 1692. Decr. de 24 de Set. de 1678.

(3) Leitaõ de Securit. qu. 6. n. 30.

(4) L. de 20 de Jan. de 1692. Decr. de 13 de Set. de 1691. Negada a Carta de seguro naõ podem opor-se embargos ao despacho que a negou. Ato de 27 de Nov. de 1691.

(5) O segundo sómente pode ser concedido por Provisão do Dez. de Paço. Lei de 20 de Jan. de 1692.

(6) L. de 29 de Março de 1719.

de (1). 6. O cazo de descaminhos de fazendas (2). 7. Ou de direitos d'Alfandega (3).

Quando se arrogaõ foros que não são devidos (4). 9 Quando se vai a bordo de navios antes de descarregados (5). 10. Em travessia de paõ (6), sal (7), ou palha (8). 11. Sobre o recuar das carruagens (9). 12. Depois de sentença final contra o ausente (10).

Os Seguros se impetraõ logo depois de cometido o delicto. Excetua-se o negativo em cazo de morte, ou de feridas, ou pizaduras enchadas (11).

O

(1) Decr. de 3 de Out. de 1672.

(2) L. de 16 de Ag. de 1722.

(3) Decr. de 19 de Maio de 1695.

(4) L. de 19 de Dez. de 1606.

(5) L. de 16 de Ag. de 1722.

(6) Decr. de 25 de Jan. de 1679.

(7) Decr. de 1 de Març. de 1692.

(8) Alv. de 1 de Julh. de 1752.

(9) L. de 22 de Out. de 1686.

(10) Ord. l. 5. tit. 126. § 7.

(11) No primeiro cazo se esperaõ trinta dias, e no segundo tres mezes Ord. l. 5. tit. 130. pr. O Dezbargo do Paço pode dispensar na espera deste termo. Regim. de Dez. do Paço. § 97, e 98.

O Seguro legitimamente impetrado se quebra ; 1. Quando o Réo não se apresenta ; ou não faz citar a Parte dentro do tempo legitimo.

2. Quando não comparece nas Audiencias (1). 3. Se declina do juizo e se chama ás Ordens (2). 4. Quando impetrando Seguro confesativo nega a Contrariedade (3).

O efeito do Seguro he livrar da prizaõ até á conclusaõ da cauza. Mas não se limita , quando ao tempo do recebimento da Contrariedade , se a não provado o delito por forma que obrigue apenas (4).

As Cartas de Seguro regularmente

B ii

saõ.

(1) Ord. l. 5. tit. 124. § 20. Mas esta necessidade de comparecer cesa ; 1. Quando ha legitimo impedimento ; 2. Quando se trata dos incidentes da cauza ; 3. Quando alguma das Partes obteve Provizaõ para comparecer por Procurador.

(2) Ord. l. 5. tit. 124. § 13.

(3) Reform. da Just. § 1, e 3. O Réo depois do quebramento do Seguro pode requerer a admissaõ dentro de quinze dias. Ord. l. 5. tit. 124. § 20.

(4) Reform. da Just. § 4.

ção concedidas. 1. Pelos Corregedores dos Crimes das Relações (1). Pelos Corregedores das Comarcas em seus destritos (2).

C A P I T U L O IX.

Da Homenagem.

Homenagem he a licença concedida ao Reo em razão de qualidade pessoal para estar solto em juizo de baixo da sua promessa.

Compete aos Fidalgos, Cavaleiros, Doutores, e Escrivães da Camara

(1) Ord. l. 1. tit. 7. § 12.

(2) Ord. l. 1. tit. 58 § 40. tit. 7. § 8. O Juiz da Chancelaria concede os Seguros a respeito de erros de Officio. Ord. l. 1. tit. 7. § 13, e tit. 14. § 1. O Juiz dos Feitos da Fazenda a respeito dos descaminhos, sendo o Seguro consuetudinario. L. de 20 de Abr. de 1671. L. de 9 de Fev. de 1674. O Juiz do Fisco nos Crimes, que se devem tratar perante elle. Regim. das Confisc. c. 49, e o Ouvidor das Terras da Rainha aos moradores das mesmas Terras. Cart. de Doação de 10 de Jan. de 1643.

ra do Rei ; e a suas Mulheres , ou se achem com elles cazadas , ou se conservem em honesta viuvez (1) .

Naõ tem com tudo lugar. 1. Nos crimes , a que corresponde morte civil ou natural (2) . 2. Nos crimes , em que se perde o privilegio da nobreza (3) .

A Homenagem huma vez concedida , naõ pode ser alargada , além do prazo dado , pelo mesmo Julgador : exceto se deste naõ houver apelação ou agravo (4) .

Quando a Homenagem se quebra ; perde-se o privilegio da nobreza para mais se naõ gozar dele ; e o Reo fica sujeito á prizaõ em carcere publico (5) .

CA-

(1) Ord. l. 5. tit. 120. pr.

(2) D. Ord. l. 5. tit. 120. pr.

(3) Taes são os Crimes de Moeda falsa , Leza Magestade , falsidade , furto , feitiçaria , lenocinio , Ord. l. 5. tit. 139. § 2. traição e aleivozia , Ord. l. 5. tit. 37. § 3.1

(4) Ord. l. 5. tit. 120. § 5.

(5) D. Ord. § 6.

CAPITULO X.

Da Fiança.

O Reo depois de prezo não se solta até ouvir a sentença. Com tudo relaxa-se a prizaõ por meio da Fiança (1).

Fiança se entende neste lugar a graça do Principe concedida ao Reo para se livrar solto debaixo de certa caução (2).

O Principe tem delegado a Faculdade desta graça ao Dezembargo do Paço (3); e ao Concelho Geral do Santo Officio a respeito dos seus privilegiados (4).

Para se conceder Alvará de Fiança ,

(1) Tambem a prizaõ pode ser relaxada por graça especial do Principe quando este por justos motivos concede que o Reo ~~saia~~ da prizaõ e se livre debaixo de fieis Carcereiros.

(2) Vej. a Ord. l. 5. tit. 332.

(3) Regim. do Dez. do Paço § 24.

(4) Alv. de 4 de Fever. de 1645.

ſa, precede informação dos Juizes da culpa (1). Ele ſe nega em diversos cazos.

Primeiramente havendo Parte que não dá perdaõ : exceto ſe o cazo he leve, ou cometido em rixa (2). 2. No crime de ſe vender, ou afretar por mais da taxa (3).

Nos cazos de refiſtencia com armas, falſidade, forſa de mulher, injuria atroz, delito cometido em Igreja, cutilada no roſto, ferimento de beſta, ou eſpingarda (4), e uzo de piſtola (5).

Nos crimes de ir abordo dos navios antes de deſcarregados (6); de
deſ-

(1) Podem opor-ſe embargos de obreſaõ, e ſubreſaõ ao Alvará de Fianſa; mas em quanto pendem não deve o Reo ſer prezo. Alento de 14 de Nov. de 1631.

(2) Regim. do Dez. do Paſo § 24.

(3) D. Loc. § 26.

(4) Regim. do Dez. do Paſo § 25. Lei de 29 de Março de 1719.

(5) L. de 4. de Outub. de 1649.

(6) L. de 16 de Agoſto de 1722.

descaminhos de fazendas (1); de travessia de palha (2); de empréstimo a risco em navios para a Índia aos officiaes da equipagem (3); quando o Reo he prezo de ordem especial do Principe (4).

A Fiança se quebra, se o afiançado não comparece a todos os termos do Proceso (5), ou se chama ás Ordens (6).

CAPITULO XI.

Do Proceso da Acuzação.

Formada a culpa, e prezos, ou seguros, ou afiançados os Reos, deve dar-se principio á tua acuzação.

Acuzação he a legitima dedução do crime.

(1) D. L. de 16 de Agosto

(2) L. de 1 de Julho de 1752.

(3) L. de 14 de Fevereiro de 1609.

(4) L. de 24 de Julho de 1713.

(5) Ord. l. 5. tit. 132. § 1. Cabem porem aqui as mesmas limitações, que puzemos a respeito do Seguro.

(6) Ord. l. 5. tit. 132. § 2.

crime feita em juizo competente para o fim da imposição da pena.

Ninguém he admitido a acuzar sem ter dado querela com juramento ; ou acuzando como peſoa do povo , sem dar causaõ sufficiente ás culpas , emenda , e satisfacão (1).

A Acuzação ; assim como a defeza do Reo (2) ; deve ser feita pessoalmente , e não por Procurador (3). Faz-se excepção a respeito dos Dezebargadores (4) , e da mulher que dá fiança (5).

O modo de proceder na Acuzação he ou sumario , ou ordinario. O sumario tem lugar nos cazos graves , que devem qualificar-se nas Relações. (6). Fo-

(1) Ord. l. 5. tit. 117. §. 6, e 7.

(2) Ord. l. 5. tit. 124. § 14.

(3) D. Ord. § 15, O Dezebargo do Paez tem faculdade para dispensar a este respeito. Regim. do Dez. do Paez. § 77.

(4) Ord. l. 2. tit. 59. § 12.

(5) Ord. l. 5. tit. 124. § 16.

(6) Ord. l. 1. tit. 1. § 16. L. de 25 de Junho de 1760, L. de 20 de Outubro de 1763. Ha tam-
bem alguns cazos leves dos quaes se conhece su-

Fôra destes cazos se deve formar o conhecimento dos crimes segundo as regras estabelecidas por direito , e que constituem a ordem judiciaria.

CAPITULO XII.

Do Proceso Sumario.

N As Cauzas criminaes processadas sumariamente se segue a ordem natural do Juizo , sem se tratar mais que da certeza do delicto , e do conhecimento do malfeitor.

Logo que consta de mero facto que

o

maria , e verbalmente nas vizitas , incumbidas no fim de cada mez ao Regedor da Justiza , e Corregedores do Crime da Corte , que sentencião com Adjuntos á vista dos Sumarios , e informaçoens dos Ministros dos Bairros ; não havendo outro recurso que o de Embargos ao Assento da Vizita. Ord. l. 1. tit. 1. § 30. Estes cazos são os de crimes de vadios , ladroens , formigueiros , de uzo de armas defezas , arrancamento na Corte , mancebia , e furtos sem qualidade , ou ferimento em briga accidental , não havendo Parte. L. de 7 de Junho de 1605. § 9. L. de 31 de Março de 1744. § 7.

o acuzado he Reo do delito cometido, he ele ouvido em termo breve, que se lhe afina; findo o qual se proferê a sentença.

A Sentença deve ser proferida por seis Juizes: e se discordaõ, se chamaõ mais dois; por forma que seja sempre vencida a decizaõ por quatro votos conformes (1).

Ela se dá á execusaõ pasado o termo de vinte quatro horas, que se afina aos Reos para embargarem: não se admitindo segundos Embargos, ainda que seja por via de restituisaõ (2).

CAPITULO XII.

Do Sequestro.

N Os cazos graves quando o Reo está auzente; ou estando presente; quando cabe a pena de confiscação de bens; procede-se a sequestro
no

(1) Ord. l. 1. tit. 1. § 6.

(2) L. de 25 de Junho de 1760. 6 c.

no tempo da prizaõ , e ainda antes da Devasa (1).

Sequestro he a apprehensãõ dos bens dos Reos auzentes , ou incurfos em penas graves , feita para segurança do pena pecuniaria , ou do Filco.

Para se fazer Sequestro nos bens do auzente precede a citação Edictal ; e feita a anotação , torna a ser citado , para que possa ter noticia (2).

Quando se procede a Sequestro pelo crime do marido ; a mulher izenta ameaçaõ dos frutos , que lhe respeita (3).

Para o mesmo sequestrado se assigna huma congrua sustentação , podendo ser-lhe ministrada : com tanto que se ache prezo , ou prosiga o seu livramento (4).

CA-

(1) Ord. l. 5. tit. 126. § 11.

(2) Ord. l. 5. tit. 128.

(3) Ord. l. 5. tit. 126. § 11.

(4) D. Ord. l. 5. tit. 126. § 11.

CAPITULO XIV.

Do Processo ordinario.

N Os Processos ordinarios a acuzação se faz ou pela Parte, ou na falta dela pela Justiza: e nesta differença o Processo se pode dizer acuzatorio ou inquisitorio.

O Processo ordinario compoem-se de actos de diverso genero. Podem dizer-se huns preparatorios, outros medios, outros posteriores.

Do primeiro genero são a citação, o libelo, a excitação, a dilatação. Do segundo a contestação, a replica, a treplica, as provas, a publicação, as alegações, a conclusão, a sentença. Do terceiro a apelação, a execução.

zer-se della relação ao mesmo Juiz (1).

Na Circulação se deve expreiar o nome do Juiz, o nome, e cognome do Citado, o lugar do juizo, o Termo do comparecimento (2).

CAPITULO XVI.

Do Libelo.

Comparecendo o Acuzador e o Reo, segue-se o oferecimento do Libelo. Libelo he a Escritura, que contem a Petição do Autor.

A forma sustancial do Libelo consiste ; 1. Na cauza ou no meio de pedir ; 2. Na narração do facto ; 3. Na petição ou conclusão (1).

No Libelo se deve narrar especificamente o facto, com relação ao tempo, ao lugar, e ás mais circumstancias (2).

O

(1) Umm. de Proc. disp. 5. § 11. n. 65.

(2) Veja-se Hunn. Encycl. Jur. p. 2. tit. 2. cap. 2.

(1) Rieger. Inst. Jur. Eccl. p. 2. d. 2. tit. 3. §. 88.

(2) Ord. l. 5. tit. 124. pr. e § 1.

O Libelo deve oferecer-se no termo designado pela citação (1). Se o Reo não comparece, he esperado; e se ainda não comparece no segundo termo, se procede á sua revelia (2).

Se o Acuzador não comparece para oferecer o Libelo, he tambem esperado. Se não comparece segunda vez, he lançado; e a acuzação se toma pela Justisa (3).

CAPITULO XVII.

Da Exceção.

A Ntes de responder ao Libelo, pode o Reo deduzir todas as exceções, que lhe competirem (1).
Ex-

(1) D. Ord. lib. 5. tit. 124. pr.

(2) O mesmo se observa a respeito do oferecimento de todos os outros artigos.

(3) Ord. l. 5. tit. 124. § 15. Pode porem o Acuzador, que foi lançado, ajudar a Justisa, quô fica sendo a Parte legitima; ou requerer a sua admissão dentro de dez dias. Ord. l. 5. tit. 124. § 15., e tit. 117 § 19.

(1) Ord. l. 5. tit. 124. pr.

Excesão não he outra coiza mais, do que ~~o direito de~~ *excluir a* intesão do Autor. Ela se divide em dilatoria, e peremptoria.

A Excesão *dilatoria* difere a asão. (1) A peremptoria a *extingue* (2). A Excesão não tem lugar depois da contestação da cauza (3).

CAPITULO XVIII.

Da Contestação, e Contrariedade.

SE o Reo não pode diferir ou extinguir a cauza; segue-se responder á intesão do Autor, e contestar a demanda.

A Contestação he o Acto judicial,
C no

(1) Ord. l. 3. tit. 49. São do genero das Excesões dilatorias as de incompetencia de *suspensão*, de ineptidão de Libelo, &c.

(2) Ord. l. 3. tit. 50. pr. Pertencem ás Excesões peremptorias as de prescrição, de coiza julgada, de carencia de asão por não haver lugar a *Justiça*, &c.

(3) Ord. l. 3. tit. 49. § 2. tit. 50. pr. tit. 20 § 15. L. fin. C. de Except. L. 19. C. de Probat.

no qual pela petição do negocio principal, e sua contradicção ou resposta o Juiz comesa a conhecer da Cauza.

A Contrariedade se diz a mesma resposta do Reo ao facto proposto no Libelo. Ela he ou affirmativa, ou negativa.

He affirmativa, se o Reo responde por palavras positivas á narraçãõ do Libelo; e negativa, se simplesmente nega a intençaõ do Autor.

Se a Contrariedade oferecida pelo Reo não he relevante, o Juiz afina outro termo para o Reo formar segunda Contrariedade, que seja legitima e digna de recebimento (1).

CA-

(1) Ord. l. 5. tit. 124. pr. Ainda que pareça bastante a defeza para se conceder Carta de seguro, se pode julgar no oferecimento da Contrariedade, que não he de receber a mesma defeza. Aſento de 9. de Agosto de 1639.

CAPITULO XIX.

Da Replica , e da Treplica.

DEpois de proposta a Contrariedade pelo Reo ; replica o Autor (1). Replica he a impugnasaõ da Contrariedade.

A Replica se elide pela Treplica , que he assim mesmo a impugnasaõ da Replica. Huma e outra se recebem em Audiencia (2) .

CAPITULO XX

Da Dilação

Dilação he a afinação de hum justo intervalo de tempo para nele se fazer algum acto da cauza criminal.

Este espazo ou intervalo se dá para diferentes objectos ; como para a con-

C ii

tes-

(1) Ord. l. 3. tit. 124. pr. e § 3º

(2) D. Ord. l. 3. tit. 124. pr.

testação da causa , para aprodução de testemunhas , para as alegações a final.

A Dilatação para prova he regularmente de vinte dias (1). Ela he de sua natureza peremptoria (2) : mas reforma-se por via de restituição, ou por legitimo impedimento (3).

Finda a Dilatação do lugar , aonde se trata o pleito , se pode pedir Dilatação para fora ; e o tempo dela o taxa o Juiz segundo as circunstancias (4).

A Dilatação não tem principio antes de ser intimada às Partes (5). Ela he comua a huma , e outra (6). Na Dilatação o dia do termo não se computa
no

(1) Ord. l. 3. tit. 54. § 1.

(2) Ord. l. 3. tit. 54. § 1. vers. ,, E acaba-da ,, d. tit. § 2.

(3) Ord. l. 3. tit. 54. § 9.

(4) Ord. l. 3. tit. 54. § 2. Esta Dilatação he sempre suspensiva , se a requer o Reo. d. tit. 54. § 14.

(5) Ord. l. 3. tit. 1. § 13. Val. Alleg. 58. num. 15.

(6) Mend. Pr. Lus. p. 2. l. 3. c. 12. n. 1.

no mesmo termo (7). Durando a Dilatasaõ, nada se pode inovar (8).

CAPITULO XXI.

Da Prova.

PROVA he o Acto judicial pelo qual se faz certo o Juiz da verdade do delicto.

A respeito da prova em Cauzas criminaes costumaõ notar-se estes principios. 1. Ela deve ser clarissima (1). 2. Ela naõ segue os apices de direito (2).

Quando ha contradisaõ de provas, ou resta alguma duvida a respeito do delicto, naõ deve proceder-se à condemnasaõ (3).

Naõ bastaõ pois para a imposisaõ
das

(7) Ord. l. 3. tit. 13.

(8) Orõ. l. 3. tit. 54. § 15. l. 3. C. de Dilat.

(1) L. 16. C. de Pœn. L. ult. C. de Prob.

(2) Boehm. El. Jur. Cr. sect. 1. § 189.

(3) Boehm. de Collis. probat. cap. 1. § 16.
Heinecc. ad Pand. p. 4. § 144. n. 7.

das penas. 1. A Prova semiplena (4), ou os indícios (5).

Os meios legitimados, e ordinarios da prova se reduzem a dois: a saber; 1. As testemunhas. 2. A confissão do Reo.

CAPITULO XXII.

Das Testemunhas.

Testemunha se diz a pessoa idonea, para certificar a verdade por seus ditos.

As Testemunhas fazem prova clarissima, sendo ao menos duas (1), maiores de toda a excessão (2), e depondo debaixo de juramento (3) com razão de sciencia (4) do mesmo facto, em que consiste o crime.

Não

(4) Paul. Rif. Animadvers. ad Crim. Jur. p. 1.

(5) L. 5. D. de Pœn.

(1) L. 12. D. de Test. Veja-se a ~~Ord. l. 1. tit.~~
117. § 12.

(2) L. 2., e L. 3. § 1. D. de Test.

(3) Ord. l. 1. tit. 86. pr. l. 5. tit. 117. § 6.
l. 9. pr. C. de Test.

(4) L. 40. C. de Test.

Naõ bastaõ para fazer prova huma só testemunha (1); testemunhas singulares (2); defeituosas, e prohibidas por direito (3).

Naõ obrigaõ à pena testemunhas, que sómente depoem de circumstancias do crime, e naõ do mesmo crime (4); que se fundaõ em credulidade, e naõ na verdade sabida pelos sentidos corporeos (5).

Naõ se crê aos ditos de ouvida vaga (6); aos ditos duvidozos (7); nem se

(1) L. 9. pr. C. de Test. Montes quieu Esprit. des Loix l. 12. c. 3.

(2) Petr. Greg. Syntagm. Jur. l. 48. c. 13. n. 5.

(3) Tais são os impuberes, l. 19. § fin. de test. Os furiosos, e mentecaptos, l. 3. § 5. eod. Os surdos, e mudos de nascimento, c. 19. de accusat. Os infames, d. l. 3. Os menores de vinte annos, l. 20. de test. Os escravos contra os senhores, l. 8. C. de test. Os filhos contra os pais, l. 6. c. eod. Os socios do crime, l. 11. c. eod. Os inimigos. Ord. l. 3. tit. 56. § 7.

(4) Boehm. El. Jur. Cr. Sect. 1. § 202.

(5) L. Solá 4. C. de test. Strych. de Jur. sens. diff. 3. c. 3.

(6) Cap. 47. Extr. de testib.

(7) C. 53. Extr. de test. Conciol. verb. Testis resol. 13.

se admite qualquer razão de sciencia ,
mas huma que seja concluyente (1) .

Nos cazos graves as testemunhas
devem ser perguntadas pelo Juiz (2) ;
nos outros cazos o podem ser pelo
Enqueredor do juizo.

Se as testemunhas existem fora da
jurisdicção do Juiz , são perguntadas no
lugar do delicto , para o qual se ex-
pedem Cartas Precatorias.

As testemunhas inquiridas no Su-
mario se fazem judiciaes , sendo re-
perguntadas (3) ; ou havendo-as a Par-
te por legitimas , afinando termo do
seu consentimento (4) .

Se as testemunhas são defeituozas,
podem ser contraditadas findas as di-
lações , mas antes da publicação (5). O
Juiz

(1) Jul. Clar. § fin. qu. 53. n. 22.

(2) Ord. l. 1. tit. 86. § 3. Novell. 90. cap. 5.

(3) Ord. l. 3. tit. 62. § 1.

(4) Ord. l. 1. tit. 24. § 20. Veja-se a L. de 6
de Dez. de 1612. § 18. A qual requer que no
termo dado aos Reos para contrariarem sejam
notificados para fazerem as Devasas judiciaes.

(5) Ord. l. 5. tit. 124. § 4.

Juiz afina termo breve para prova das contraditas, quando ellas são relevantes.

CAPITULO XXIII

Da Confissão.

O Outro modo de constar da verdade do crime, he a propria Confissão do Reo, que he a melhor prova (1).

Confissão pode definir-se a declaração pela qual alguém reconhece a verdade do proprio facto.

He percizo para a Confissão ser legitima, que ella seja; 1. clara e evidente; 2. provavelmente verdadeira; 3. seria; 4. e judicial (2).

Não he atendivel a Confissão duvidosa (3), a tacita, ou prezumi-
da,

(1) L. 1. D. de Confess.

(2) Leia-se Heinecc. Exercit. de Relig. Jud. circ. reor. confess. § 25., e seguintes.

(3) Guazzin. Defens. 32. c. 1.

da (1); a jocoza (2); a extrajudicial (3); a erronea (4).

A Confissão então prova; 1. Se consta do corpo de delicto (5); se precederaõ legitimõs indicios (6); se o Reo especifica circumstancias do crime, as quaes se verificaõ (7).

O Reo por isto que confessa não se julga logo convencido (8); pode aqui a Confissão aceitar-se em parte, e regeitar-se em outra parte (9). A mesma Confissão deve reduzir-se a termos nos Autos (10).

CA-

(1) Ant. Math. de Crim. l. 48. tit. 16. c. 1. num. 9.

(2) Farinac. de Reo confess. & convict. q. 32. n. 36.

(3) Jul. Clar. qu. 55. n. 1.

(4) L. 2. D. de Confess. l. 7. C. de Jur. & Fact. ignor.

(5) L. 8. D. de Confess.

(6) Ant. Gom. Resol. tit. 3. c. 13. n. 25.

(7) Guazzin. Defens. 32. c. 3. n. 3.

(8) L. 1. § 17., & 27. D. de quest.

(9) Pacian. de Probat. l. 1. c. 25. n. 13., e seguintes.

(10) Ord. l. 3. tit. 32. § 1. l. 1. tit. 24. § 20.

CAPITULO XXIV.

Da Careação.

Careação he o acto judicial no qual se confrontaõ as testemunhas entre si, ou o Reo com as testemunhas, ou com outros corréos.

A Careação não he de necessidade nas **Cauzas criminaes**. Porem ella conduz muitas vezes para **melhor conhecimento da verdade**.

Isto acontece quando ha legitimos indícios a respeito da careação (1); ou quando as testemunhas **vareiaõ nas circumstancias do crime** (2).

Não devem as testemunhas ser careadas em turma, porem separadamente (3). Deve-se attender ao estado do animo das pessoas careadas, e **descrever-se exactamente nos Autos** (4).

CA-

(1) Guazzini. Defens. 20. c. 19. n. 7.

(2) Jul. Clar. qu. 45. n. 14.

(3) Guazzini. L. cit. c. 20. n. 5.

(4) Boehmer. El. Jur. Cr. Sect. 1. § 226.

CAPITULO XXV.

Dos Tormentos.

TOrmento he a pergunta judicialmente feita aos Reos de crimes graves compelidos a dizer a verdade pelos tratos do corpo. (1).

Deve preceder aos tormentos 1. O corpo do delito (2); 2. a prova femiplena (3). Tem a respeito deles todo o lugar o arbitrio do Juiz regulado pelas circumstancias, e gravidade do delito (4).

O Reo deve ser perguntado geralmente, não se lhe sugerindo circumstancias (5). Não se deve aceitar a confissão.

(1) Este he hum remedio extraordinario, que sómente tem lugar na falta da confissão, ou do convencimento do Reo. Por hum sistema recebido na Europa, ele se tem restringido a casos rarissimos.

(2) l. 1. § 24. D. de Sct. Syllan.

(3) Ord. l. 5. tit. 134. pr.

(4) Zanger. de quest. c. 4. n. 14.

(5) L. l. 1. § 21. D. de quest.

fisaõ feita entre as dores dos tormentos , mas a que se faz depois de relaxados (6).

CAPITULO XXVI.

Da Defeza.

A Defeza he a alegaçaõ das causas da innocencia contra qualquer prejuizo , que esteja iminente. Ela tem lugar a respeito de todos os crimes (1).

Compete a Defeza primeiramente ao Reo ; depois dele aos parentes ; finalmente aos mesmos extranhos (2).

A Defeza tem lugar em todo o tempo , e ainda que se tenha renunciado , esta renuncia he sempre revogavel (3).

Ela necessita de ser provada , e esta
pro-

(6) Ord. l. 5. tit. 134. § 1.

(1) Ord. l. 5. tit. 124. § 8.

(2) L. 6. D. de Appellat. l. 33. § 2. D. de Procurat.

prova a fazem regularmente testemunhas habeis , e juradas (4).

A Defeza merece favor ; mas se lhe attribue às vezes demaziado. Aqui pertence o credito á prova prezumtiva , á semiplena , às testemunhas inhabeis , e inconcludentes , aos depoimentos de simples negativa (5).

CAPITULO XXVII.

Das Perguntas.

EM qualquer estado da Cauza o Juiz pode fazer perguntas huma , e mais vezes ao Reo , para melhor informasaõ da verdade (1).

Deve intervir a asistencia de dois Escrivaens , dos quaes hum fasa Auto das perguntas , e das respostas ; declarando o estado do animo do Reo neste acto (2). De-

(4) Carpz. qu. 116. n. 80.

(5) Veja-se Boehmer. El. Jur. Cr. sect. 1. § 270.

(1) Ord. l. 3. tit. 32. pr.

(2) Ord. l. 3. tit. 32. § 1. Guazzin. Defens.

Deve-se evitar a fúgezaõ (1), e as dolozas persuazoens , e promeças (2). Devem-se escrever as respostas fielmente , sendo lidas depois ao Reo para as ratificar (3).

Naõ se defere ao Reo o juramento pelo perigo do perjurio (4). O Reo quando responde deve estar solto (5). Se ele he menor , se lhe nomeia hum Curador para este acto (6) .

CAPITULO XXVIII.

Da Publicação.

FInda a dilasaõ concedida para prova , segue-se a Publicasaõ. Ela he o acto judicial pelo qual se renunciaõ as mais provas , e se fazem os Autos patentes às Partes.

Este

(1) Ant. Math. de Crim. l. 48. tit. 16. c. 4. num. 10.

(2) Bajard. ad Clar. qu. 55. n. 10.

(3) Guazzin. Defens. 20. c. 10. n. 4.

(4) Ord. l. 3. tit. 53. § 11.

(5) Guazzin. Defens. 20. c. 5. n. 1:

Este he hum dos Actos sustanciaes da Cauza (1). Os seus effeitos são; 1. Não se poder fazer mais provas (2); 2. Revalidarem-se os juramentos das testemunhas (3).

C A P I T U L O X X I X .

Das Alegaçoens.

DEpois de feitas as provas, juntas estas aos Autos, e o traslado da culpa, se dá vista ao Autor, e e ao Reo para alegarem o seu direito (1).

O

(1) Ela se omite com tudo por especial excepção no cazo da Sodomia Ord. l. 5. tit. 13. § 7.

(2) Ord. l. 5. tit. 124. §. 5,

(3) Ord. l. 3. tit. 62. pr.

(1) Isto se entende-se o Reo está prezo, ou debaixo de fiança, ou causação. Cabed. p. 1. ar. 84. Val. Alleg. 67. n. 55. Porque se se livra seguro, não se lhe fazem patentes os Autos; mas se lhe dá vista com as inquiriçoens, e razoens da acuzação cerradas, e seladas. Ord. l. 5. tit. 124. § 5.

O objeto das Alegaçoens he o mesmo facto, ou o direito applicavel ao facto provado. Donde fica evidente qual deva ser a sua forma (2).

CAPITULO XXX.

Da Conclusão.

REnunciadas as mais provas, e defezas; e tendo as Partes feito as suas alegaçoens, segue-se a Conclusão (1).

A Conclusão he a fugeiçaõ da cauza ao conhecimento do Juiz. O seu effeito he impor silencio às Partes, para ouvirem a sentença.

Pode com tudo o Reo nas cauzas criminaes deduzir a sua defeza, ainda

D de-

(2) Esta forma he mais facil de se aprender pelo uzo, que de ser propõsta por principios, e regras.

(1) Quando os autos se fazem concluzos, se preparaõ com a folha corrida. Ord. l. 9. tit. 125, e com a certidaõ do Regimento das Cativos no paragrafo respectivo a applicaçaõ das penas. Alv. de 27 de Set. de 1669., e de 20 de Dez. de 1733.

depois da Concluzão (2) : o que he admitido em favor da innocencia.

CAPITULO XXXI.

Da Sentença.

Concluz a cauza resta que o Juiz dê a sentença. A sentença he a legitima decizaõ da cauza criminal feita segundo a Lei , e os Autos.

Não deve o Juiz julgar segundo a sua consciencia contra as provas dos autos (1); e a sentença diametralmente oposta a elas he nula (2).

Da mesma sorte he nula a sentença proferida contra a Lei (3). A sentença deve ser certa , e determinada (4). Mas não he necessario , que seja conforme ao Libelo (5).

Pa-

(2) Ord. l. 5. tit. 124. § 8.

(1) Ord. l. 3. tit. 66. pr.

(2) Boehm. El. Jur. Cr. sect. 1. § 285. n. 6.

(3) Ord. l. 1. tit. 2. § 4. tit. 5. § 4.

(4) Ord. l. 3. tit. 66. § 2.

(5) Ant. Gom. Var. Resol. tit. de delict. c. 11. n. 8. vers. Vel aliter.

Para haver sentença condenatoria deve intervir ; 1. o corpo de delicto ; 2. e a confissão do Reo ; precedendo legitimos indícios , ou o seu convencimento ao menos por duas testemunhas maiores de toda a excessão.

A sentença dada na primeira instancia não passa logo em julgado. O Juiz tem obrigação de apelar pela Justiça ainda que a Parte não apele , a excessão de alguns cazos (1).

A sentença depois de proferida , deve ser legitimamente publicada (2). A sentença , que condena em pena de morte , deve ser intimada ao Reo para o fim especial de se preparar espiritualmente para a morte (3) , e de poder dispor de seus bens (4).

D ii

CA.

(1) Vej. o cap. 33.

(2) Ord. l. 3. tit. 70. § 6.

(3) Ord. l. 5. tit. 138. § 2.

(4) Mas esta disposição não pode ~~estender-se~~

CAPITULO XXXII.

Das Custas criminaes.

AS Custas são as despesas feitas no conhecimento, e expedição das causas criminaes.

Os acuzadores ou caluniozos, ou temerarios, são condenados nas custas com relação ao seu dolo (1), e por isso devem caucionar com fiança.

O Reo deve pagar as custas, quando lhe he Parte a Justiza (2), ou quando he vencido pelo acuzador. Mas não tendo bens, não he obrigado á prizaõ (3).

As custas como não respeitaõ á pena, mas ao interesse; passaõ para os herdeiros assim do acuzador, como do Reo.

CA-

(1) Ord. l. 5. tit. 118. l. 10. C. de Calumniatoribus.

(2) Ord. l. 5. tit. 67. § 6. l. 5. § 13. D. de ~~obediencia~~ ut indign. aufer.

(3) ASENT. de 18 de Agosto de 1774.

CAPITULO XXXIII.

Da Apelação.

A Apelação he huma provocação feita da ſentença do Juiz inferior para o Superior legitimo.

Deve ſer interpoſta por declaração feita legitimamente nos autos dentro do decendio (1). Deve ſer atempada, e expedida para o Juizo ſuperior, com citação das Partes (2).

Ainda que as Partes não apelem, o meſmo Juiz he obrigado a apelar pela Juſtiſa, ou haja Parte que acuze, ou ſeja a meſma Juſtiſa a acuzadora (3).

Excetua-ſe 1. O cazo do ferimento ſimples em rixa nova, quando ha perdaõ da Parte; 2. o cazo do adulterio, perdoando o marido (4).

3. Nos crimes de peſca, ou caſa nos mezes defezos, não ſendo os lugares

(1) Ord. l. 3. tit. 70. pr. tit. 79. § 1. tit. 69. § 4.

(2) Ord. l. 3. tit. 70. § 4.

(3) Ord. l. 5. tit. 122.

(4) Ord. l. 5. tit. 122. pr.

gares coutados ; 4. A respeito das penas impostas nas Pragmaticas (5) Quando a condemnação cabe na da (6).

6. O cazo do furto simples em horta , vinha , ou pomar , ou não excede a quantia de trezentos

7. O cazo da apprehensão de espada mais da marca (7).

8. A respeito da soltura do Paguez , do qual querelando algum estrangeiro se auzentou sem deixar tanta instrução do delito (8) 9. Quando os Capitaens môres dos lugares da Africa sentençaão crimes ali commettidos , em que não cabem penas de morte (9).

10. Acerca da sentença , que pronuncia alguém em Devasa, ou

(5) Ord. l. 5. tit. 122. § 9.

(6) Ord. l. 5. tit. 122. § fin. l. 1. tit. 6. L. de 26 de Junho de 1696.

(7) Ord. l. 5. tit. 122. § 9.

(8) Ord. l. 5. tit. 122. §. 7.

(9) Ord. l. 2. tit. 47. pr.

rela 11. , ou que julga o Perdaõ do Principe conforme á culpa (10).

Na instancia superior se afina certo termo às Partes para comparecerem ; e naõ comparecendo depois de esperadas , saõ lanfadas ; e se profere sentença final , condenando , ou absolvendo (11).

No Juizo da Apelaçaõ formaõ-se artigos de nova razaõ , se para eles se concedem especiaes licenfas(12).E podem reperguntar-se testemunhas , havendo legitima cauza (13).Apelaçaõ he comua a huma , e outra Parte (14).

CA-

(10) Ord. l. 5. tit. 122. § 5.

(11) Ord. l. 3. tit. 68. § 5. Naõ tem pois lugar nas cauzas criminaes. o tirar-se dia de apparecer para se julgar a Apelaçaõ dezerta. Ord. l. 3. tit. 68. § fin.

(12) Ord. l. 3. tit. 20. § 28. tit. 83. § 1.

(13) Ord. l. 1. tit. 11. § 2.

(14) Ord. l. 3. tit. 72. l. 2. Cod. Si unus ex plurib. appellaverit.

CAPITULO XXXIV.

Da Execução.

Proferida, e confirmada a sentença criminal, deve dar-se á execução para se verificar a fim das penas, que nela se impoem.

A Execução não deve diferir-se, antes apresiar-se (1). Ela deve corresponder exactamente às palavras da sentença.

A Execução da sentença criminal não tem lugar 1. contra os Reos falecidos (2) exceto em crimes atrocissimos 2. nem contra os furiosos (3).

São justas causas de diferir a Execução 1.º favor da Nobreza, o qual faz que se se dê parte ao Principe (4) 2. o favor do parto (5) 3. o excesso do rigor

(1) L. 5. C. de Custod. reor.

(2) L. 22. Cod. de Pœn.

(3) Ant. Math. de Crim. c. 2. n. 6.

(4) Ord. l. 5. tit. 138. § 1.

(5) L. 1. D. de Pœn.

gor a respeito da pena (1) 4. a necessidade de indagar os factos do crime (2).

A Execução da pena corporal se faz em lugar publico (3). Executa-se a pena da morte ao terceiro dia depois da intimação da sentença (4). Se se opoem embargos á Execução, se remetem dentro de tres dias aos Juizes, que deraõ a sentença (5).

Os condenados em pena de degredo devem ir cumprilo da Cadeia de Lisboa (6), sendo para este fim a ella remetidos de Concelho em Concelho das mais Cadeias do Reino com as respectivas Cartas de guia (7).

Findo o tempo do degredo se passaõ Certidoens autenticas, para as Justifas respectivas o haverem por cumprido

(1) Ord. l. 5. tit. 138. pr. l. 20. c. de Pœn.

(2) Brunn. ad l. 19. D. de Pœn. n. 8.

(3) Quint. Decl. 275.

(4) Ord. l. 5. tit. 138. § 2.

(5) Ord. l. 5. tit. 138. § 4.

(6) Ord. l. 5. tit. 138. § 5.

(7) Ord. l. 5. tit. 143.

do (8). Mas se antes de findar-o dito tempo saem do lugar para onde foraõ remetidos , se lhes dobra o tempo do degredo (9).

A Execusão da sentença , que condena em pena pecuniaria , se faz por meio da apreheensão de penhores , e da sua arrematação , como nas Cauzas civis.

CAPITULO XXXV.

Da Acuzação da Justisa.

TEm lugar a Acuzação da Justisa nos cazos de Devassa , em que não ha Parte ; ou quando esta he lançada da Acuzação.

Ha delitos , em que a Justisa não he admitida a acuzar ; como os de adulterio , e de ferimento em rixa nova (1).

No processo da acuzação da Justisa

o

(8) Ord. l. 5. tit. 141. § 9.

(9) Ord. l. 5. tit. 144.

o Promotor (2) faz as vezes de Autor, oferecendo o Libelo acuzatorio, e seguindo os outros termos do processo.

O Promotor porem não replica depois da contrariedade do Reo (3); não jura de calunia (4); não dá fiança (5); não alega a final (6).

CAPITULO XXXVI.

Do Proceso contra o ausente.

SE o Reo pronunciado se ausenta para não ser prezo, nada menos se pode proseguir contra ele a acuzação, sendo citado por Edictos (1).

Esta acuzação contra o ausente pode

(2) Aonde não ha Promotor, o Escrivão toma o lugar de Promotor; e oferece por Libelo o Auto da queixa. Ord. l. 5. tit. 124. § 6.

(3) Ord. l. 5. tit. 124. § 6.

(4) Guazzin. Defens. 20. c. 2. n. 4.

(5) Jul. Clar. § fin. qu. 10. n. 5.

(6) Ord. l. 5. tit. 124. § 6. no f.

(1) Ord. l. 5. tit. 126. pr. l. 1. C. de requir.

de ser feita pela Justiça nos casos graves, que merecem pena de morte natural, ou civil (1). Nos outros casos sómente pode ter lugar a acuzação da Parte.

Não comparecendo o auzente depois do termo da citação, se procede contra ele á revelia, assignando-se-lhe todos os termos, como se estivesse presente (2).

Sendo proferida sentença condemnatoria, ella se executa depois de publicada com pregação em audiência, sem mais o Reo ser ouvido (3) : exceto se voluntariamente elle vem oferecer-se á prisão dentro de hum anno (4).

CA-

(1) Ord. l. 5. tit. 126. e tit. 128.

(2) Ord. l. 5. tit. 126. pr. e § 1.

(3) Ord. l. 5. tit. 126. § 5,

(4) Ord. l. 5. tit. 128. pr. e tit. 126. § 7.

CAPITULO XXXVII.

*Dos modos porque se extingue o Pro-
cesso criminal.*

Ainda que regularmente se deva conhecer de todos os crimes ; algumas vezes não he permitido este conhecimento.

Isto acontece , 1. quando o crime se acha prescrito (1) , 2. se he falecido o delinquente (2) , 3. se ha Perdaõ do Principe , 4. se ha sentença de absolvição (3).

A prescrição tem lugar a respeito de todos os crimes (4). Deve ser con-
ti-

(1) L. 22. C. de fall. l. 3. D. de requir. reis. auterb. de præscr. crim. § 3.

(2) L. 3. D. de pub. jud. l. 3. pen. & ult. od. Si reus vel accusat. Excetuaõ-se alguns casos rarissimos. Veja-se Domat. les Loix civil. p. 2. Supplem. au droit public. l. 4. tit. 7. § 6.

(3) Não sendo dada por conloio , ou falsa prova , ou sem citação de Parte legitima. Ord. l. 5. tit. 131. pr. e § 1. l. 7. § 2. D. de Accusat. C. de his extra. eod.

(4) Não para os excluir directamente , mas por meio de excepção.

tinua, e não interrompida (1). Então produz efeito, quando tem decorrido o termo legal (2).

O Perdaõ do Principe exime o Reo do numero dos culpados. Exceto se houve obrefaõ, ou subrefaõ, ou faltou a citação de Parte legitima (3).

(1) Ord. l. 4. tit. 79. § 1. Começa porem aprescrição do dia do delicto cometido; e nos delitos reiterados, do tempo do ultimo acto.

(2) Regularmente os crimes se prescrevem por vinte annos. l. 22. C. ad. l. Corn. de fals. l. 13. D. de div. & temp. præscr. Mas os delitos da carne se prescrevem por finco. l. 29. ad l. Jul. de adult. § 5.

(3) Ord. l. 5. tit. 131. § 1, e 3. l. 4. c. Si contra jus.

F I M.